

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.238 - DF (2019/0376522-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : GUSTAVO MICHELOTTI FLECK**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**DF021243**  
**EZEQUIEL HONORATO MUNDIM - DF052248**  
**LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA - DF056644**  
**AGRAVADO : BR ROAD MOTORS LTDA**  
**ADVOGADOS : RODRIGO VALADARES GERTRUDES - DF019455**  
**JULLYANA NASCIMENTO PEREIRA - DF003083**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por GUSTAVO MICHELOTTI FLECK ,  
contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88,  
visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO  
FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE  
MOTOCICLETA. INADIMPLÊNCIA INCONTROVERSA. RESCISÃO  
CONTRATUAL. RETORNO DAS PARTES AO *STATUS QUO ANTE*.  
PEDIDO CONTRAPOSTO INCABÍVEL. RECONVENÇÃO.  
PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. Ante a  
incontroversa inadimplência da parte ré, imperiosa se faz a decretação da  
rescisão do acordo extrajudicial celebrado, com o retorno das partes ao  
*status quo ante*. A extinção pura e simples do acordo, sem a recomposição  
do prejuízo sofrido pela requerente, resultaria no enriquecimento ilícito do  
recorrente, inadmissível pelo ordenamento jurídico. Não se verifica  
negativa de prestação jurisdicional pela inadmissão do pedido contraposto,  
uma vez que a pretensão deveria ter sido formulada em sede de  
reconvenção. Inviável a aplicação do princípio da fungibilidade, ante a  
inexistência de recolhimento das custas previstas para o ajuizamento da  
reconvenção. (fl. 271).

Quanto à controvérsia, alega a violação dos arts. 476 e 884 do CC, aduzindo  
que o retorno ao *status quo ante* deve ocorrer sem que o Recorrente reste prejudicado em  
benefício do enriquecimento sem causa do Recorrido, trazendo os seguintes argumentos:

O que se observa é que a sentença e acórdão exarados colocaram em  
disparidade as partes, ao aplicar as consequências da demora no  
cumprimento das obrigações contratuais tão somente ao Recorrente!

Ora, caso o Recorrente tenha de arcar com os juros de mora, deve a  
Recorrida arcar com a desvalorização do veículo, ou, alternativamente, que  
nenhuma das partes arque com as referidas verbas!

O que não se pode admitir é a imposição de uma sem a outra, em claro detrimento do Recorrente e enriquecimento ilícito da Recorrida! Ademais, que não se diga não ser possível tal conclusão, uma vez que este próprio Tribunal entendeu que a sentença prolatada nos autos torna necessário o retorno das partes ao status quo ante -e este retorno, por sua vez, SÓ OCORRE, IMPRESCINDIVELMENTE, DAS FORMAS ACIMA FORMULADAS.

O acórdão impugnado não prevê compensação ao Recorrente pelo fato de ter ficado sem o veículo por 02 (dois) anos, razão pela qual deve ser alterado, pois, estivesse a Recorrida de boa-fé, teria devolvido o bem assim que tivesse verificado os obstáculos.

Ainda, uma vez que a Recorrida não realizou a entrega do veículo, não poderia exigir os juros de mora aplicados à dívida, posto que não cumpriu a sua parte no negócio, e consequentemente inadimpliu o contrato estabelecido.

Observe o determinado no art. 476 do Código Civil

[...]

Tal dispositivo consagra o mecanismo da exceção do contrato não cumprido, que exige que um contratante não possa reclamar a execução do que lhe é devido pelo outro contratante, sem antes pagar o que deve. Ao verificar a impossibilidade de disposição do veículo, a parte Recorrida deveria tê-lo devolvido de imediato e, tão apenas após isto, constituído o Recorrente em mora.

A consequência direta da não adoção de tal conduta é a ausência de mora por parte do Recorrente ou, alternativamente, a existência de mora também por parte da Recorrida-referente à ausência de entrega do veículo.

Admitir postura diversa da aqui defendida constitui, conforme exposto durante todo o trâmite processual, claro enriquecimento ilícito da Recorrida, nos termos do art. 884 do Código Civil,

[...]

O acórdão combatido não levou em consideração que as partes devem voltar ao seu status quo ante, implicando na condenação do Recorrente ao pagamento assumido no acordo com juros, porém sem considerar que deve ser abatido o valor referente à desvalorização do bem entregue em pagamento, que não mais tem o valor de quando foi entregue pelo Recorrente, por razões evidentes.

Assim, deve o retorno ao status quo ante ocorrer por uma das formas acima estipuladas, sem que uma das partes reste prejudicada, empobrecendo-se, em detrimento do enriquecimento sem causa da outra, como ocorrerá caso se adote as decisões anteriormente exaradas. (fls. 307/309).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Analisados os elementos de prova então coligidos, é possível depreender que as partes firmaram contrato de compra e venda de uma motocicleta na importância de R\$72.700,00 (ID 8662074). Observa-se, ainda, do termo de confissão de dívida acostado aos autos (ID 8662077), que o apelante ficou inadimplente na quantia de \$25.700,00.

A dívida embasou a celebração de um acordo extrajudicial (ID 8662080). Nos termos do acordo, o apelante reconheceu o débito na importância de R\$ 50.869,23, pactuando a devolução da motocicleta, sem qualquer ônus, com o CRLV e o DUT em branco, além da procuração lavrada por instrumento público em favor da concessionária, bem como a apelada obrigou-se a devolver a quantia de R\$ 10.000,00 ao réu, pela diferença entre o débito e o valor do bem.

Nesse contexto, depreende-se do documento de ID 8662082 - pág. 3 que veículo encontra-se gravado por duas restrições judiciais, advindas das Execuções Fiscais nº 0025477-35.2008.8.24.0023 e 0013809-77.2002.8.24.0023, que tramitam na comarca de Florianópolis.

A despeito da entrega do veículo, promovida pelo réu, as constrições existentes demonstram nova inadimplência do apelante, diante da inviabilidade de adimplemento da obrigação, qual seja, a incorporação do bem ao patrimônio da apelada.

Ante a irrefutável mora do recorrente, imperiosa se faz a decretação da rescisão do contrato, com o retorno das partes ao Inst. salientar que o próprio apelante afirma a existência do débito status quo ante.

referente ao descumprimento da obrigação, tanto em sede de contestação (ID 8662185) quanto nas razões recursais (ID 8662225).

Tendo em vista o fato de que a obrigação rescindida compreende o acordo celebrado extrajudicialmente, com o fim de encerrar a execução, uma vez que, caracterizando novação, extinguiu o contrato anteriormente celebrado, ainda válido, os efeitos da rescisão limitam-se ao ajuste de ID 8662080.

E, ao contrário do que defende o apelante, a rescisão do acordo extrajudicial impõe o retorno das partes ao status quo ante, implicando, portanto, na condenação dele ao pagamento da quantia assumida no acordo, assim como as quantias suportadas pela autora para aperfeiçoamento do ajuste, bem como a devolução da motocicleta pela autora, conforme fixado no decisum recorrido. É certo que não constou na sentença recorrida, expressamente, a obrigação de a autora devolver o veículo objeto do contrato de compra e venda. No entanto, a rescisão do ajuste, por si só, impõe a devolução do bem, pela restituição das partes ao , não havendo necessidade de alteração do julgado. Por outro lado, a status quo ante extinção pura e simples do acordo extrajudicial, sem a recomposição do prejuízo sofrido pela requerente, outrossim, resultaria o enriquecimento ilícito do recorrente, inadmissível pelo ordenamento jurídico.

Ainda, cumpre ressaltar que não tem razão o apelante quanto à negativa de prestação jurisdicional, quando do não conhecimento do pedido contraposto, pleiteando a cobrança da quantia de R\$ 10.000,00 em face da apelada. Com efeito, como bem consignado pela sentença recorrida, o mencionado pedido deveria ter sido deduzido por reconvenção. No caso dos autos, o apelante limitou-se, em sede de contestação, a informar que, conquanto tivesse restituído a motocicleta à apelada, esta não cumpriu sua parte do ajuste em pagar a importância de R\$10.000,00. Note-se que a finalidade da contestação é viabilizar ao requerido a resistência ao pedido do autor, não podendo formular pedido novo, uma vez que, em demandas de resolução contratual, não se admite o pedido contraposto, sendo a reconvenção a via adequada. (fls. 273/274).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente